

A GRAMÁTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: as congruências e as divergências dessa relação nos dias atuais.

Kriscia Lorena de Freitas Gonçalves¹⁰
Élida Maria do Nascimento¹¹

Resumo

Nos últimos anos, os estudos e discussões acerca do ensino de gramática intensificaram-se consideravelmente, sobretudo com as novas perspectivas pedagógicas apresentadas pelos PCNs de 1998. Normativa, Descritiva, Funcionalista, Reflexiva, Pedagógica, qualquer que seja a nomenclatura, as correntes puras ou imbricadas, sempre buscaram estabelecer e impor a seus usuários, cada uma à sua maneira, um padrão de uso teoricamente julgado adequado. Seja enquanto instrumento de normatização de uma língua materna; ou artifício de restrição à liberdade de uso da língua; ou agente delimitador de status social com prestígio de uma norma sobre outra; a questão é que o ensino de Gramática, em dias atuais, requer dos Professores de Língua Portuguesa um novo posicionamento pedagógico. Neste caso, uma pergunta se faz necessária: dentre tantas opções de Gramática, como o professor de Língua Portuguesa pode munir-se desse vasto material para contribuir com a aprendizagem efetiva do seu aluno nos dias atuais? Neste sentido, o principal objetivo deste artigo é encorajar uma reflexão sobre o ensino de Gramática na contemporaneidade a partir do entendimento histórico, evolutivo e conceitual do próprio instrumento de ensino, bem como, apresentar um protótipo de trabalho a partir das concepções funcionalistas de Perini (2010). Apesar de inúmeros estudos já terem alavancado percepções similares a esta, entende-se a necessidade de retomarmos essa discussão num modelo menos teórico e mais prático, com vistas a auxiliar professores em seu trabalho cotidiano com a Gramática. Para nortear esse estudo e realização das atividades propostas, baseamo-nos nas concepções de Franchi (2006), Neves (1987), Travaglia (2009) dentre outros, acerca do estudo e ensino de conteúdos gramaticais.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Gramática. Ensino.

Abstract: THE GRAMMAR AND THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: the congruences and divergences of this relationship in the present days.

In recent years, studies and discussions about grammar teaching have intensified considerably, especially with the new pedagogical perspectives presented by the 1998 NCPs. Normative, Descriptive, Functionalist, Reflective, Pedagogical, whatever the nomenclature, pure or imbricated, have always sought to establish and impose on their users, each in its own way, a theoretically appropriate standard of use. Be as an instrument of normalization of a mother tongue; or artifice restricting the freedom to use the language; or delimiter of social status with prestige of one norm over another; the issue is that the teaching of Grammar,

¹⁰ Professora da Rede Pública Estadual do Ceará.

¹¹ Professora da Rede Pública Estadual do Ceará e aluna regularmente matriculada na 3ª turma do PROFLETRAS- UFRN, Campus Cajazeiras, 2016.

in current days, requires Portuguese Language Teachers a new pedagogical position. In this case, a question becomes necessary: among many Grammar options, how can the Portuguese Language teacher be able to provide himself with this vast material to contribute to the effective learning of his student in the present day? In this sense, the main objective of this article is to encourage a reflection on the teaching of Grammar in contemporary times from the historical, evolutionary and conceptual understanding of the teaching instrument itself, as well as to present a prototype of work from the functionalist conceptions of Perini 2010). Although many studies have already leveraged perceptions similar to this, it is understood the need to retake this discussion in a less theoretical and more practical model, with a view to assist teachers in their daily work with Grammar. In order to guide this study and to carry out the proposed activities, we are based on the conceptions of Franchi (2006), Neves (1987), Travaglia (2009), among others, about the study and teaching of grammatical contents.

Keywords: ?

Resumen: LA GRAMÁTICA Y LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA PORTUGUESA: las congruencias y las divergencias de esta relación en los días actuales.

En los últimos años, los estudios y discusiones sobre la enseñanza de la gramática se intensificaron considerablemente, sobre todo con las nuevas perspectivas pedagógicas presentadas por los PCN de 1998. Normativa, Descriptiva, Funcionalista, Reflexiva, Pedagógica, cualquiera que sea la nomenclatura, las corrientes puras o puras, y en el caso de que se trate de una persona, Sea como instrumento de normalización de una lengua materna; o artificio de restricción a la libertad de uso de la lengua; o agente delimitador de status social con prestigio de una norma sobre otra; la cuestión es que la enseñanza de Gramática, en días actuales, requiere de los Profesores de Lengua Portuguesa un nuevo posicionamiento pedagógico. En este caso, una pregunta se hace necesaria: entre tantas opciones de Gramática, como el profesor de Lengua Portuguesa puede dotarse de ese vasto material para contribuir con el aprendizaje efectivo de su alumno en los días actuales? En este sentido, el principal objetivo de este artículo es alentar una reflexión sobre la enseñanza de Gramática en la contemporaneidad a partir del entendimiento histórico, evolutivo y conceptual del propio instrumento de enseñanza, así como, presentar un prototipo de trabajo a partir de las concepciones funcionalistas de Perini, 2010). A pesar de innumerables estudios ya haber apalancado percepciones similares a ésta, se entiende la necesidad de retomar esa discusión en un modelo menos teórico y más práctico, con vistas a auxiliar profesores en su trabajo cotidiano con la Gramática. Para orientar este estudio y realizar las actividades propuestas, nos basamos en las concepciones de Franchi (2006), Neves (1987), Travaglia (2009) entre otros, acerca del estudio y enseñanza de contenidos gramaticales.

Palabras Clave: ?

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Gramática, nos últimos vinte anos, tem permeado fortes discussões nos meios acadêmicos e pedagógicos. Sua natureza discutivelmente impositiva, tem prejudicado a sua aprendizagem em decorrência do leve apreço que alunos, e até mesmo, professores de Língua Portuguesa tem por esta ciência da linguagem. O fato é que negligenciar o ensino de gramática tem impossibilitado o aluno/aprendente de conhecer os mecanismos de construção de seu idioma nativo, omitindo-lhe, também, o direito de questionamentos e de uso da teoria conforme suas necessidades práticas.

Nessa perspectiva, este trabalho consiste num estudo breve em que pretende-se discutir o ensino de gramática nos dias atuais. Temos por objetivo geral compreender os mecanismos desse “manual da língua”, bem como, por objetivos específicos (I) investigar e desconstruir os mitos que circundam o seu uso em aulas de Língua Portuguesa e (II) traçar um modelo aplicável, dinâmico, interativo e social de aprendizagem.

O trabalho está dividido em três seções: na primeira intitulada A Gramática ao longo da História, dissertaremos brevemente sobre a evolução histórica da gramática, indo desde o surgimento desse instrumento que rege a língua materna até os inúmeros exemplares que, hoje, permeiam o estudo e ensino de Língua Portuguesa. Na seção, O uso da gramática no ensino de Língua Portuguesa em tempos modernos, apresentaremos, através de teorias contemporâneas, um recorte do ensino de gramática nos dias atuais listando as considerações mais relevantes para uma prática pedagógica que atenda aos anseios reais de aprendizagem. Na terceira e última seção, O ensino de gramática: da teoria à prática, apresentaremos uma sugestão de estudo dos substantivos e adjetivos a partir da teoria funcionalista da

linguagem. Nas considerações finais, retomaremos pontos discutidos nas seções anteriores para melhor compreendermos os aspectos que configuram a prática docente no ensino de línguas. A formulação desse artigo deu-se por pesquisa bibliográfica, na qual prevalecem as contribuições teóricas de Neves (2011), Perini (2010), Franchi (2006), Travaglia (2009), entre outros estudiosos da Língua (Gramática) Portuguesa.

2. A GRAMÁTICA AO LONGO DA HISTÓRIA

Desde a antiguidade, os estudiosos das línguas maternas sentiram a necessidade de registrar os elementos constituintes de línguas. De Panini (IV a.C.) à Dionísio o Trácio (100 a.C.), inúmeros são os registros sobre a sistematização de suas línguas nativas com base no uso modelar legitimado pelas classes socioeconômicas e academicamente dominantes. Neves, (2002, p31-32) explica que “o manual [Arte da Gramática] de Dionísio o Trácio (uhlig,1983), [que traz] na sua definição de gramática “o conhecimento do uso dos poetas e prosadores”, espelha exatamente o princípio que inspirava os alexandrinos na sua atividade filológica.” Os postulados do helenismo, trouxeram ao Ocidente os primeiros esboços do que viria a ser uma gramática. Já o estudo formal da língua ganhou corpus com os gregos numa perspectiva filosófica. O Império Romano também contribuiu para ampliação do estudo da linguagem ao herdar, sobretudo dos gregos, através de um longo processo de dominações, a tradição linguística, apropriando-se dela como sendo sua. Em Língua Portuguesa, a primeira Gramática de que se teve registro foi a de autoria de Fernão de Oliveira, publicada em Lisboa, em 1536, e intitulada Gramática da linguagem portuguesa.

No século XVII, “a primeira forma de construir uma gramática normativa (que certamente tem origens mais antigas) aparece nos gramáticos de Port-

Royal (...) que vinculavam o bom uso da linguagem à arte de pensar.” (FRANCHI, 2006, p.17). Na mesma época, os gramáticos da academia Francesa ‘evitavam um ponto de partida “lógico” e procuraram ‘anotar’, com base no que observavam, os diferentes usos da linguagem’ (FRANCHI, 2006, p.17). Se por um lado, os estudiosos divergiam na metodologia, por outro, convergiam ao privilegiar os usos da linguagem acadêmica.

No século XVIII, surgiu a gramática comparativa ao equiparar as línguas europeias e asiáticas. Esta vertente gramatical que “estuda uma sequência de fatos evolutivos de várias línguas, normalmente buscando encontrar pontos comuns” (TRAVAGLIA, 2009, p.37) foi a responsável por estabelecer o parentesco entre o Latim e o Sânscrito.

No início do século XX, a Linguística apontou as primeiras contribuições aos estudos da língua materna, alterando o cenário, até então, dominado pelas gramáticas já consolidadas. A partir deste momento, Franz Boas (2009) dedicou-se a compreender o desenvolvimento histórico das línguas e o papel por elas desempenhado na cultura e no pensamento humano. Sua pesquisa, rompeu com a herança histórica dos neogramáticos, utilizando uma abordagem empirista que consistia em descrever e analisar cada língua em seus próprios termos, a partir do conceito de “forma íntima”. Ao estudar as línguas ágrafas dos grupos tribais norte-americanos, Boas (2009) descobriu que haviam ocorrido empréstimos léxicos, fonéticos e morfológicos, e que, portanto, as línguas podiam desenvolver-se tanto por convergência de diversas fontes, como por divergência, a partir de uma origem comum. Era o início da vertente descritiva da língua, melhor desenvolvida por Ferdinand de Saussure no movimento estruturalista.

Saussure (2002), compreendeu que a língua constituía uma organização sistema-estrutura de

elementos coesos, inter-relacionados e regrados em que a organização seguia leis internas, ou seja, eram estabelecidas dentro do próprio sistema tendo como reguladora as normas internalizadas desde a aquisição da linguagem. Tratava-se, portanto, de um conhecimento adquirido socialmente pelos falantes de qualquer realidade. Já em meados do século XX, Noam Chomsky (2016) concebeu a teoria da “gramática universal”, ou gramática geral baseada em princípios comuns a todas as línguas. Na palavras de Borba (1971, p.81 apud TRAVAGLIA, 2009, p.35) a gramática geral é

(...) a que compara o maior número possível de línguas, com o fim de reconhecer todos os fatos linguísticos realizáveis e as condições em que se realizarão. Não se preocupa com o realizado, mas com as possibilidades que estão por trás dele – é uma gramática de previsão de possibilidades gerais.

Chomsky (2016) discordava da teoria de que a linguagem era um mecanismo somente estimulado pelo convívio social. O estudioso defendia que o comportamento linguístico dos indivíduos, deveria ser compreendido como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano, a qual devia estar fincada na biologia do cérebro/mente da espécie e se destinava a constituir a competência linguística de um falante. Em outras palavras, a linguagem estaria relacionada a natureza humana e não a seu contexto social, tornando papel do gerativismo constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar esta natureza e seu funcionamento.

Nesse viés, o linguista apresenta a primeira elaboração do modelo gerativista conhecida como gramática transformacional que teve como objetivo descrever como os constituintes das sentenças são formados e como eles se transformam em outros por meio de aplicação de regras. A competência linguística, ou seja, o conhecimento interno e implícito das regras que governam a formação das

frases da língua era uma das principais metas de estudos gerativistas e envolveu até mesmo estudos psicolinguísticos e neurolinguísticos na sua elaboração.

Com a evolução dos estudos linguísticos e o advento de suas ramificações como a Sociolinguística, hoje dispõe-se de uma infinidade de gramáticas que avaliam os mais diferentes aspectos da linguagem indo desde a essência da escrita nos diversos enfoques propiciados pelas gramáticas normativa, histórica, comparativa, funcional e descritiva, até a análise da oralidade como na Gramática do Português Falado, abrindo, assim, não só espaço para a valorização das concepções padrão da língua, mas também de suas variáveis. Apesar de toda a evolução nos estudos gramáticos-linguísticos, fica ainda um questionamento: o que é, de fato, Gramática?

2.1 e, então, o que é gramática?

Ao longo dos anos, cristalizou-se no senso comum que gramática é, simplesmente, “o conjunto de regras de uma determinada língua”. Mas, para determinar o que é, de fato, Gramática é preciso consultar a Literatura que trata do assunto. Nela encontramos algumas definições:

A gramática de uma língua é necessariamente um sistema de unidades e regras que as combinam em construções de extensão variável. (AZEVEDO, 2002, p.9)

A gramática refere-se as regras que uma pessoa deve conhecer para falar e escrever corretamente uma língua. (BECHARA, 2004, p.31)

Gramática normativa – e a que procura registrar o padrão da norma culta de uma língua, determinando o que é certo ou o que é errado, tomando como critério o padrão culto e não as demais variedades da língua. (MESQUITA, 1999, p.24)

Gramática é o conjunto sistemático de normas

para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. (FRANCHI, 2006, p.16)

Todas essas acepções proveem do tratamento que por muito tempo foi dado a gramática tradicional –normativa, disseminada pela escola como guia para o alcance da língua ideal a ser utilizada por falantes e escritores, e a quem foi devotado total respeito e obediência. De fato, isso ocorre pela própria gênese da Gramática, que segundo Neves (2008) carrega em si a taxonomia das lições, ou seja, as definições dos elementos em análise somadas a exemplos amostrais que tornaram-se, pelo mal entendimento, em doutrinas, e não, em modelos de padrões que norteariam o uso da língua escrita. Sobre a gramática normativa enquanto dogma, Neves (2008) afirma que

(...) o discurso dessas obras [gramática normativa] não é deonticamente modalizado. Não se fornece por exemplo, instruções explicitamente diretivas do tipo “use isto”, ou “use aquilo”, ou “deve-se usar isto”, “deve-se usar aquilo”. Em acréscimo, pode-se dizer que o estabelecimento de quadros taxonômicos, em si, apenas provê uma classificação abrangente dos fatos da língua, distribuindo unidades e categorias, “redistribuindo-as” (...) (NEVES, 2008, p.31)

Perini (2006), corrobora alertando para ‘o grande perigo [que] é transformar a gramática –uma disciplina já em si um tanto difícil – em uma doutrina absolutista, dirigida mais ou menos exclusivamente a “correção” de pretensas impropriedades linguísticas dos alunos.’ (PERINI, 2006, p.33).

Somente com o advento dos estudos linguísticos, em que passaram a ser observados os fatos da língua, foi que percepções múltiplas foram sendo denotadas a gramática. Cintra (2008), explica que se de um lado prevalecia a função coercitiva da normas, que elegeu a língua padrão como a

variedade de prestígio e ideal linguístico de uma comunidade; por outro lado, o próprio fato da gramática normativa não abarcar todas os elementos e exigências dos fatos linguísticos, contribuiu para o surgimento de novas vertentes de análise da língua. Das lacunas e contradições deixadas pela gramática normativa, surgiram as novas ramificações e acepções sobre o estudo da língua e um novo entendimento de gramática se fez. Neves (1987, p15) aponta que

A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas que representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem.

Perini (1985) defende que as gramáticas deveriam apresentar as possíveis e observáveis variedades do idioma ao descrever ao menos suas variantes (regionais, sociais e situacionais) e aponta que

As falhas da gramática tradicional são, em geral, resumidas em três grandes pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes. (PERINI, 1985, p.5)

Da necessidade de trabalhar com a língua em situações de uso, retomam-se as considerações chomskianas sobre a essência de um estudo que explicita os mecanismos da línguas e que explique o seu funcionamento. Reforça-se, portanto, nesse cenário a relevância da gramática descritiva pela qual entende-se ser aquela “que tem como objetivo descrever e analisar a língua utilizada por um determinado grupo de pessoas num dado momento histórico” (FARACO, 1999, p. 11). Outros autores, comungam as mesmas ideias em suas definições.

A gramática descritiva ou sincrônica é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona,

num dado momento, como meio de comunicação entre os seus falantes e na análise da estrutura, ou configuração formal que nesse momento a caracteriza. (CAMARA JR, 2001, p. 11)

Ao falar em gramática descritiva, trata-se de construir um sistema de noções e uma metalinguagem que permitam falar da linguagem e descrever (explicar) os seus princípios de construção (FRANCHI, 2006, p.31)

A gramática descritiva é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e categorias linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de usos dos mesmos. Portanto, a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade e da preferência para a forma oral desta variedade. Podemos, então, ter gramática descritiva de qualquer variedade da língua. (TRAVAGLIA, 2009, p. 32)

De modo geral, todas as acepções de gramática trazem consigo relevantes benefícios, ao passo que também deixam lacunas em relação ao fazer pedagógico da Língua Portuguesa. Neste caso, o fato incide em como os professores devem dissecar as teorias em sala de aula, como incursionar pelas múltiplas noções que as gramáticas (normativa, descritiva, estruturalista, gerativista) da língua podem fornecer, em qual modelo teórico pautar-se e como aplicá-los de modo prático aos educandos.

Se em todas elas, não se acha suporte que responda aos anseios do fazer pedagógico, restam ainda a gramática pedagógica, que segundo Bagno (2011) são aquelas pensadas para colaborar com a formação docente. E, muito embora, sejam relevantes são escassas. Vale, então, pensar o Ensino de Gramática a partir daquilo que se tem disponível.

2.2 o uso da gramática no ensino de língua portuguesa em tempos modernos

Estudos acerca do ensino-aprendizagem de gramática nas escolas fomentaram ao longo das últimas décadas, reflexões importantes sobre o manejo desse assunto na sala de aula e sobre a sua real importância para o desenvolvimento cognitivo dos educandos. O estudo da palavra ou frase isolada, desvinculadas de um contexto, permeou durante anos a prática pedagógica dos professores de língua materna. E, mesmo após as inúmeras discussões sobre a temática e análise de dados que demonstram a ineficácia dessa forma de abordagem, os moldes prescritivos ainda sobrevivem nas aulas de língua portuguesa.

O surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, na década de 90, foi o primeiro passo oficial para o reconhecimento das falhas do ensino tradicional. Das inúmeras críticas relativas a essa modalidade de ensino, destaca-se o repúdio “a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente - uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada.” (PCNs, 1998, p.18)

Nesse viés, ensinar língua materna para falantes de língua materna passou a ser um dos principais desafios. É sabido que os alunos já entram no espaço escolar com sua gramática internalizada e produzem enunciados estruturados de maneira gramatical. Ou seja, a gramática já faz parte do conhecimento de mundo deles. Os alunos sabem, por exemplo, que não se diz Um vaca, nem Uns meninas, pois reconhecem que essas formas não condizem com as regras internalizadas. Neste caso, seria o ensino de gramática essencial para a formação dos discentes?

Não se pode negar que é obrigação da escola ensinar a língua do Estado, o padrão culto. O aluno

tem direito a adquirir novos saberes em todas as áreas, e isso não é diferente com a linguagem. Portanto, abolir o estudo gramatical não é a medida para resolvermos os problemas de aprendizagem detectados nos mais diversos níveis. Neves (2011) a esse respeito, diz que

(...) é a escola, no geral, o único espaço em que a criança terá suporte para entrar equilibradamente na posse de conhecimentos que lhe possibilitarão adequação sociocultural de enunciados, em que ela terá suporte para transitar da competência natural do coloquial (mais distante, ou menos distante, do padrão) para uma posse ampla e segura que lhe permita adequar seus enunciados, nas diversas situações de interação. Não podemos perder de vista o peso e a importância da gramática escolar na condução da reflexão sobre a linguagem dos indivíduos. (NEVES, 2011, p.25)

O fato do estudo de gramática ser indispensável na formação escolar, desemboca em outra discussão: a formação do professor de Língua Portuguesa para adequar, metodologicamente, a teoria à prática. Como afirma Perini (1985), o fato dos professores sentirem que a gramática é ultrapassada e incoerente faz com que a antipatizem e imprimam nos alunos este mesmo sentimento levando-os a não simpatizá-la também, e a enxergá-la como “uma disciplina que só tem a oferecer-lhes um conjunto de afirmações aparentemente gratuitas e sem grande relação com fatos observáveis.” (PERINI, 1985, p.5)

Visando mudar esse cenário, os próprios PCNs (1998) vieram balizar algumas orientações em torno do fazer pedagógico no ensino de gramática, sugerindo, por exemplo, a contextualização. Segundo os parâmetros, a gramática descontextualizada é, não só, o emblema do modelo escolar tradicional, como também, o maior problema que ela alimenta em termos de ensino de línguas. E explicam, ainda, que “não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem” (PCNs, 1998, p.28), ou seja,

negligenciar a leitura e a compreensão textual. E defendem que somente ao proporcionar condições para que o aluno possa desenvolver a sua competência discursiva é que a escola alcançará êxito no processo de ensino-aprendizagem. Sobre isso, os PCNs (1998) complementam que

[...] não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos- letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases- que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. [PCNs, 1998, p.23]

Franchi (2006) corrobora com essa premissa ao afirmar que o objetivo da escola é levar a criança a “dominar a modalidade culta da língua [através de] condições, instrumentos e atividades que a façam ter acesso às formas linguísticas diferenciadas de operar sobre elas”, mas também proporcionar a ela ampliar “o conjunto dos recursos expressivos de que dispõe para a produção e compreensão dos textos.” (FRANCHI, 2006, p.31)

Neves (2008) acredita que “o problema do ensino de língua não é a gramática, mas achar que ela é o único meio de levar os estudantes a trabalhar com a linguagem.” (apud PLOENNES, 2014, p.42). A professora não admite que a gramática tradicional consiga sistematizar todas as funções da língua, mas defende que apresentar apenas a definição é restringir a capacidade escolar. A pesquisadora reitera, os postulados anteriores, ao afirmar que compete à escola e ao professor encaminhar o aluno da prática à teoria, e não inseri-lo no processo inverso como se faz há tantos anos. Ainda, segundo a estudiosa, a aplicabilidade pressupõe a definição, e por isso, sugere que temos de “levá-lo [o aluno] a perceber o conceito a partir das reflexões do uso, e ele não precisa chegar a uma definição, porque isso é produto da ciência e você só

define uma coisa quando sabe tudo sobre ela.” (PLOENNES, 2014, p.42)

O insucesso escolar em relação ao aprendizado de língua materna tem sido constantemente discutido por estudiosos e é alvo de preocupação por parte dos professores que lecionam essa disciplina. Está provado que uma prática pedagógica desvinculada de uma situação comunicativa não atrai os educandos, nem faz com que os mesmos assimilem os conteúdos propostos. Exercícios exaustivos desatrelados de um contexto real de produção, somente com o intuito de ditar modelos a serem seguidos, não surtem efeitos benéficos para o ensino de maneira geral.

Para termos uma mudança efetiva nesse cenário, primeiramente o professor de Língua Portuguesa deve adotar uma atitude crítica acerca do material pedagógico a ser utilizado em suas aulas. E entender que conhecer a natureza das várias gramáticas ofertadas é imprescindível para balizar suas ações frente ao trabalho com a linguagem. Sobre isso, Travaglia (2014 apud PLOENNES, 2014, p.41) afirma que

[...] o melhor é que o professor use diferentes gramáticas tradicionais, nunca uma só, e se valha dos livros de divulgação científica que existem hoje sobre linguística aplicada. Ele deve dar atenção ao uso dos recursos da língua e suas possibilidades significativas e funcionais para construir os textos com que nos comunicamos.

É importante, também, uma atitude reflexiva por parte do professor a respeito do material e da linha de trabalho por ele adotado. Tratar o estudo da gramática de forma contextualizada, com modos de proceder eficientes para o trabalho em sala de aula, proporcionando a reflexão do aluno sobre sua própria língua, torna fértil a percepção da maleabilidade das palavras e como elas podem se

estruturar de diversas formas a depender do contexto situacional de interação. Essa pode ser uma das saídas.

3. O ENSINO DE GRAMÁTICA: DA TEORIA À PRÁTICA

Diferentemente do que vinha se fazendo na escola em termos de ensino de gramática, os PCNs apresentaram uma luz ao fazer pedagógico de professores de Língua Portuguesa ao permitir uma flexibilização do uso da gramática normativa. Em seus postulados, os PCNs carregam a ideia de que

A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões) (...). O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos. (PCNs, 1998, p.27)

É partindo desse pressuposto, que nesta seção apresentaremos uma proposta de atividade com elementos gramaticais, que consideramos ser produtiva e includente para o ensino de gramática. Para isso, escolhemos o estudo do substantivo, assunto contemplado no 6º ano do Ensino Fundamental e, posteriormente, no 1º ano do Ensino Médio. Aqui nos deteremos ao nível fundamental.

Perini (1985) explica que “a classificação das palavras, que é uma coisa fundamental em gramática, é muito mal manipulada na gramática tradicional, que é utilizada na escola.” Pelos longos anos de reinado da gramática normativa, veiculou-se afirmar que substantivo é “o que dá nome ao ser” e adjetivo é “o que qualifica o substantivo” (apud PLOENNES, 2014, p.44). Ocorre que como

um está atrelado ao entendimento do outro, a compreensão de ambos torna-se simplória e insuficiente para explicar os ditames de sua aplicabilidade na língua portuguesa. Vejamos como uma gramática voltada para o ensino fundamental apresenta o estudo de substantivo e adjetivo com a definição formal.

Substantivo é o nome de tudo o que existe ou que imaginamos existir. Livro é o nome de uma coisa que existe; livro é, portanto, um substantivo. Mas saci, por exemplo, você sabe que não existe, mas muita gente imagina existir. Esse nome (saci) é, então, também, um substantivo.

SACCONI, Luiz Antonio. Classe de Palavras - Visão Geral. In: Novíssima gramática ilustrada SACCONI. [Ilustrações Alencar Mendes e Jean Galvão] 23.ed. ver.- São Paulo: Nova Geração, 2010. p.113

Adjetivo é a palavra que acompanha ou modifica o substantivo, para indicar sua qualidade, estado ou condição.

Ex: homem bom – bom homem
Mulher grande – grande mulher

SACCONI, Luiz Antonio. Classe de Palavras - Visão Geral. In: Novíssima gramática ilustrada SACCONI. [Ilustrações Alencar Mendes e Jean Galvão] 23.ed. ver.- São Paulo: Nova Geração, 2010. p.181

Na proposta do livro, após as definições a criança é direcionada a responder um exercício nos seguinte moldes:

Identifique:

a) Os substantivos

bom mau bola sal como muito

b) Os adjetivos

casa nova vida boa grande homem tinta preta

SACCONI, Luiz Antonio. Classe de Palavras - Visão Geral. In: Novíssima gramática ilustrada SACCONI. [Ilustrações Alencar Mendes e Jean Galvão] 23.ed. ver.- São Paulo: Nova Geração, 2010. p.117

Como pode ser observado, a atividade acima limita o aluno a reproduzir o conhecimento, tal qual a definição anteriormente, expõe. Até mesmo a estrutura das construções a serem analisadas é

idêntica a exemplificada na definição. Essa estrutura modelar não prepara a criança-aprendente para as diversas situações de aplicabilidade dos termos da língua, não só limitando, mas negligenciando sua aprendizagem. De acordo com Perini (1985) a criança precisa entender a funcionalidade das palavras. Em vez de trabalhar com exemplo isolados é preciso pescar as propriedades que os vocábulos assumem em cada circunstância (apud PLOENNES, 2014, p.44). Neste caso o ideal seria, trabalhar numa perspectiva de análise situação-contexto, como buscamos exemplificar abaixo.

I - A bola furou.

- O piano está desafinado.
- José é uma boa pessoa.

II - Um velho apareceu na rua.

- Um homem velho apareceu na rua.
- O vinho estava muito seco.
- Comprei uma camisa vinho.
- Meu filho está no maternal.
- O amor maternal é o mais puro que há.

Segundo essa abordagem os vocábulos designam funções distintas conforme a situação comunicacional em que estão inseridas. Assim, em (I) os vocábulos bola, piano e José designam apenas um objeto/coisa e jamais aparecerão em outros contextos como qualificadores, portanto, toda palavra que designa um objeto ou coisa pode ser considerado um substantivo. Já no caso (II) velho, vinho e maternal os vocábulos aparecem tanto para designar uma coisa/objeto (primeira coluna) quanto para qualificar a coisa/objeto (segunda coluna). Neste caso, ele passa a ser substantivo e adjetivo concomitantemente.

Nessa perspectiva de ensino, percebemos que as palavras se aninham pelas convergências

funcionais em que propriedades comuns as unem em uma ou outra determinada classificação, ao contrário do que impõe a gramática normativa. Perini (2010) afirma que ao examinar o comportamento sintático dos vocábulos encontramos não são dois tipos nitidamente de opostos, mas um grande número de propriedades gramaticais que nos forçam a definir muito mais que duas classes. Assim, diferentemente do que pressupõe a gramática normativa, não existem substantivos e adjetivos puros, existem vocábulos que funcionam só como substantivo, ou só como adjetivo ou, ainda, aqueles que podem ser os dois. Na perspectiva de trabalhar a gramática contextualizada, alguns textos podem auxiliar no trabalho com substantivos. Aqui apresentaremos dois exemplos (ilustrativos): um de elaboração de conceito e outro para classificação dos termos.

Proposta de Trabalho I

Objetivo: O objetivo dessa atividade é iniciar o estudo do substantivo, através de uma reflexão sobre sua definição, uso e função.

Metodologia:

- 1- Fazer a leitura do texto A Terra sem Nome;
- 2- A partir da leitura, promover uma discussão com os alunos sobre como seria o mundo sem os nomes.
- 3- Pedir que os alunos tentem adivinhar “o nome daquela coisa que serve para usar a coisa” citada no último parágrafo do texto.
- 4- Pedir que eles expliquem e deem indícios no texto do porquê de terem escolhido determinado objeto para designar “a coisa”.

A terra sem nome

Era uma vez uma coisa onde as coisas não tinham nome. E tudo o que se dizia era uma coisa só. Quando se ia à coisa em que se compram coisas, veja só que coisa:

- Oi seu fulano! Me dá aquela coisa.
- Qual coisa?
- Aquela coisa que a gente serve para usar a coisa.
- Tem tanta coisa que a gente usa, que coisa você quer?
- Aquela!
- Mas, tem tanta coisa ali!!
- Aquela coisa, que tá junto daquela outra coisa, entre aquela coisa e aquela outra coisa!!!
- Ihh... não tô entendendo coisa nenhuma!!!
- Posso ir lá pegar a coisa?
- É... pode...
- É essa coisa aqui, ó!!
- Ah!! Eu achei que era a outra coisa!
- Quanto custa?
- R\$ 2,45.
- Obrigada!

Se você achou uma coisa de louco, imagina só tentar chamar alguém...

Numa tranquila tarde, senhoras reunidas para um chá:

- Ô senhora!
- Quem? Eu?
- Não! A senhora ali!
- A tá, eu?
- Não! Ela!
- Eu?

- Eu?!
- Eu?
- Não, a senhora!

Um dia, resolveram dar nomes às coisas e cada coisa passou a ter sua identidade, não só as coisas, mas também as pessoas, animais, seres em geral. E a coisa onde as coisas não tinham nome passou a se chamar lugar e aquela coisa onde se compravam coisas ficou conhecida como mercado e as senhoras que tomavam chá passaram a se chamar Maria, Joana, Fátima, Sara...

O que eu ainda não descobri é o nome daquela coisa que serve para usar a coisa! Você sabe o que é? Então me diz porque eu não aguento mais essa curiosidade!!!

Ao fazer uso de uma atividade lúdica, o professor explora o campo imaginativo do aluno, instiga sua curiosidade e o ajuda a perceber e refletir sobre o uso dos substantivos, ao trabalhar a importância de nomear termos. Isso vem de encontro aos postulados de Franchi (2006) no que concerne ao trabalho gramatical com o ensino fundamental, pois segundo o autor

Isso é que leva a propor para as primeiras séries do ensino fundamental, uma ênfase especial em diferentes atividades linguísticas (orais, escritas, de produção e leitura de textos, ou mesmo outros exercícios que a imaginação construa) em que os princípios e regras da modalidade culta e padrão se evidenciem e se comparem com os da modalidades coloquial. (FRANCHI, 2006, p. 30)

Já na proposta II, que dá continuidade ao trabalho com substantivos, o foco está na classificação dos mesmos.

Proposta de Trabalho II

Objetivo: O objetivo dessa atividade é iniciar o estudo classificatório do substantivo, através de uma reflexão sobre seu uso.

Metodologia:

Peça que os educandos expliquem as classificações dos substantivos citadas no poema. Nessa parte eles precisarão ser ajudados por você. Faça uma aplicação do conceito gramatical dos termos ao uso que foi feito deles no poema.

1- Fazer a leitura do texto;

Substantivo

Meu amor é um substantivo

Porque dá nomes ao meu desejo

É comum, pois o amor romântico

Atinge muitos corações

É próprio, visto que o amor que lhe dedico

É completamente particular

É primitivo, pois és meu primeiro amor

É derivado, porque vem da admiração profunda

Que tenho por ti

É simples, pois a beleza está na simplicidade

É composto, já que combina a si

Muitos sentimentos: respeito, carinho, lealdade...

É abstrato, visto que o sinto e não o vejo

É concreto, porque a cada dia

Solidifica-se mais.

É comum de dois, pois também me amas

É biforme, já que te amo com um amor

Fraterno e romântico

É uniforme, pois nos unirá

2- A partir da leitura, promover uma discussão com os substantivos identificados.

3- Pedir que os alunos tentem explicar os substantivos citados no poema.

4- Pedir que eles pesquisem uma definição para os substantivos encontrados.

Trabalhar com os alunos os substantivos encontrados em situações de uso distintas das do poema

No estudo do poema supracitado, é possibilitado ao professor iniciar a apresentação de termos classificatórios dos substantivos e explorá-los junto aos alunos.

Entendemos que somente essas duas atividades não sejam suficientes para abarcar um tema tão abrangente, mas serve de amostra para uma reflexão: se podemos desenvolver atividades mais dinâmicas e reflexivas, então, por que continuamos a insistir em atividade despropositadas e excludentes? Uma possível explicação para esse problema seja a tradição. O fato é que professores já estão habituados de tal forma com o ensino mecanizado e reprodutivo, que a resistência à mudança é sempre muito forte. A escola, está viciada ao estudo gramatiquero, possuindo inúmeros programas de estudo baseados na gramática, que não é por acaso chamada de tradicional.

Na verdade, é necessário que as aulas de língua portuguesa, tornem-se verdadeiramente AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, e não aulas de gramática. É preciso haver um ensino reflexivo, baseado no uso e não em regras que não possuem nenhuma relação com a realidade. A maioria dos exemplos utilizados na gramática fazem referências a escritores da literatura nacional ou lusitana, mas a pergunta é: quero treinar escritores literários ou bons usuários da linguagem do dia a dia? Não escrevemos com a linguagem dos sonetos ou dos romances literários, escrevemos atas, resumos críticos, e-mails comerciais, etc. e é nesses gêneros textuais que reside a dificuldade dos nossos alunos. Por isso, e como afirmam os PCNs (1998, p.20), aprender uma língua “é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.”

4. CONCLUSÃO

A profissão docente exige de seus atores aperfeiçoamento constante. Refletir sobre a

prática pedagógica e sobre a aplicabilidade do que é ensinado na sala de aula é o pressuposto primeiro para o sucesso do ensino-aprendizagem de nossos alunos. Essa máxima que vale a todas as áreas e disciplinas do currículo escolar, se faz mais urgente quando refere-se ao ensino de Gramática nas aulas de Língua Portuguesa. Neste sentido, este trabalho, buscou através das ideias apresentadas, conceber uma nova perspectiva para o ensino de gramática nos dias atuais. Primeiramente, foi idealizada uma linha histórico-evolutiva da gramática, em que foi possível compreender a diversidade de ‘manuais’ e/ou correntes disponíveis ao estudo da língua materna atendendo a aspectos peculiares deste complexo sistema de comunicação a partir de elementos específicos de estudo. Em um segundo plano, foi apreendido um novo olhar sob o ensino da gramática à luz das mais modernas e relevantes contribuições teóricas. E por fim, foi proposta uma reflexão de teor pedagógico das atividades realizadas pelos docentes em sala de aula, verificando os pontos positivos e negativos dessas práticas seguida da ilustração de um método de ensino-estudo de conteúdo gramatical que foi julgada pertinente e condizente com a realidade analisada. Em todo esse contexto, pudemos avaliar o quanto os estudos gramático-linguístico, têm a acrescentar no fazer pedagógico dos docentes ressaltando a importância de um alimentar contínuo da teoria para o aperfeiçoamento da prática diária. Levando-se em consideração os aspectos aqui apresentados, somos levados a acreditar que este trabalho atendeu ao propósito inicial de investigar o ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, mas, sobretudo estamos cientes de termos auxiliado na desconstrução e remodelação das práticas de ensino de língua materna, contribuindo assim, para a melhoria do ensino-aprendizagem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, José Carlos. Fundamentos da gramática do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: Antropologia cultural. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 5ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco. Gramática. São Paulo: Ática, 1999.

FRANCHI, Carlos. VAILATI, Esmeralda. MULLER, Ana M. Mas o que é mesmo gramática? In: POSSENTI, Sírio.(org) Mas o que é mesmo gramática? 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2006.

JUNIOR, Joaquim Mattoso C. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2007.

MESQUITA, Roberto M. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1999.

NEVES, M.H.M. A vertente grega da gramática tradicional. São Paulo: HUCITEC/UNB, 1987.

_____. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. Gramática, uso e norma. In: Que gramática estudar na escola? Norma e uso da Língua Portuguesa. 3ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PERINI, Mário A. Para uma nova gramática do português. 10ed. 6ª impressão. São Paulo: Ática, 1985. (Série princípios,)

_____. Gramática normativa. In: Gramática descritiva do português. 4ed. 9ª impressão. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Nominais. In: PERINI, Mário A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2010.

PLOENNES, Camila. Tradição do desequilíbrio. Língua Portuguesa. São Paulo, ano 9, n. 110, p.40-45, dez.2014.

SACCONI, Luiz A. Classe de Palavras - Visão Geral. In: SACCONI, Luiz A Novíssima gramática ilustrada

SACCONI. [Ilustrações Alencar Mendes e Jean Galvão] 23.ed. ver.- São Paulo: Nova Geração, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. (2002). Curso de Lingüística Geral. 30ª ed. São Paulo: Cultrix.

TRAVAGLIA, Luiz C. Tipos de gramática. In: TRAVAGLIA, Luiz C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. 14ed. São Paulo: Cortez, 2009. Tool Module: Chomsky's Universal Grammar http://thebrain.mcgill.ca/flash/capsules/outil_rouge06.html, acessado em Agosto de 2016.